

Sumário

| | |
|---|----|
| Prefácio | IX |
| Apresentação | XI |
| Introdução | 1 |
| Identificação do objeto de estudo: o tema e o problema | 1 |
| Delimitação dos termos essenciais ao trabalho..... | 1 |
| Estrutura do trabalho..... | 4 |
| 1. Primeiro Capítulo – análise das instituições e das suas funções: a regulação normativa das Agências Reguladoras e o controle externo do Tribunal de Contas da União | 7 |
| 1.1. As Agências Reguladoras no contexto do Direito Administrativo Econômico atual | 8 |
| 1.1.1. A realidade sobre a atuação das Agências Reguladoras no Brasil: a independência não concretizada | 13 |
| 1.1.2. A confusão entre políticas públicas e regulação e a sua consequência sobre a atuação das Agências Reguladoras | 17 |
| 1.1.3. A Lei geral das Agências Reguladoras (Lei Federal nº 13.848/19) e suas diretrizes no aperfeiçoamento regulatório..... | 23 |
| 1.1.4. A atividade normativa da Administração Pública em sentido amplo e das Agências Reguladoras | 29 |
| 1.1.5. A processualização da atividade normativa da Administração Pública e a legitimação da regulação normativa pelo processo | 34 |
| 1.2. O Tribunal de Contas da União no Brasil contemporâneo..... | 40 |
| 1.2.1. O fortalecimento institucional dos Tribunais de Contas nos últimos anos: causas e consequências | 45 |
| 1.2.2. A estrutura organizacional do TCU | 51 |
| 1.2.3. O processo administrativo no TCU | 53 |
| 1.2.4. Os comandos decisórios dos acórdãos da Corte de Contas..... | 56 |
| 2. Segundo Capítulo – a jurisprudência do TCU atinente à função normativa das Agências Reguladoras | 61 |
| 2.1. Pressupostos metodológicos e o produto obtido: 130 (cento e trinta) acórdãos analisados..... | 64 |

| | |
|--|-----------|
| 2.2. Exame dos acórdãos atinentes ao tema | 67 |
| 2.2.1. Caso ANP – política de diferenciação de preços dos botijões | 67 |
| 2.2.2. Caso ANA – definição do nível de perigo global da barragem..... | 69 |
| 2.2.3. Caso Antaq – regulação da navegação de longo curso..... | 70 |
| 2.2.4. Caso Anatel – celebração de TAC da Telefônica | 72 |
| 2.2.5. Caso ANAC – liberação de cobrança por bagagem despachada..... | 74 |
| 2.2.6. Caso Antaq – abusividade de preços na movimentação de contêineres..... | 76 |
| 2.2.7. Caso Aneel – divergência dos valores de carga calculados pelo ONS e pela CCEE..... | 78 |
| 2.2.8. Caso Antaq – afretamento de embarcação estrangeira..... | 80 |
| 2.2.9. Caso ANTT – revisão do processo administrativo sancionador da Agência..... | 81 |
| 2.3. Proposta de sistematização das decisões analisadas: exame quantitativo e qualitativo dos acórdãos do TCU..... | 82 |
| 3. Terceiro Capítulo – análise dos processos administrativos que antecederam as normas controladas pelo TCU | 97 |
| 3.1. Processos administrativos ANP – caso da política de diferenciação de preços dos botijões | 100 |
| 3.2. Processo administrativo ANA – caso da definição do nível de perigo global da barragem..... | 102 |
| 3.3. Processo administrativo ANTAQ – caso da regulação da navegação de longo curso | 103 |
| 3.4. Processo administrativo Anatel – caso da celebração de TAC da Telefônica..... | 105 |
| 3.5. Processo administrativo ANAC – caso da liberação de cobrança por bagagem despachada..... | 106 |
| 3.6. Processo administrativo Antaq – caso da abusividade de preços na movimentação de contêineres | 109 |
| 3.7. Processo administrativo Aneel – caso da divergência dos valores de carga calculados pelo ONS e pela CCEE | 111 |
| 3.8. Processo administrativo Antaq – caso do afretamento de embarcação estrangeira | 112 |

| | |
|---|------------|
| 3.9. Processos administrativos ANTT – caso da revisão do processo administrativo sancionador da Agência | 113 |
| 3.10. Exame sobre relação entre a processualização dos atos normativos das Agências e a maior ou menor deferência do TCU pelas normas regulatórias advindas dos referidos processos administrativos | 115 |
| 4. Conclusões | 123 |
| 5. Bibliografia | 131 |
| Anexo I - Passo a passo da pesquisa jurisprudencial no sítio eletrônico do TCU | 145 |
| Anexo II – Tabela dos acórdãos do TCU analisados | 149 |
| Anexo III – Análise dos acórdãos pertinentes, nos quais o TCU indicou a necessidade de criação de uma norma | 185 |
| Caso Aneel – institucionalização do plano emergencial | 185 |
| Caso ANTT – sanções para descumprimento de metas de produção | 187 |
| Caso Aneel – migração de consumidores para o mercado livre..... | 188 |
| Caso ANTT – reajuste da tarifa básica de pedágio..... | 190 |
| Caso ANTT – descontos na tarifa de pedágio relativos a atrasos e inexecuções | 191 |
| Caso Antaq – regulamentação do Decreto n.º 8.033/2013..... | 192 |
| Caso ANTT – irregularidades no TAC da ferrovia Transnordestina | 195 |
| Caso Antaq – prorrogação antecipada dos contratos de arrendamentos portuários..... | 196 |
| Caso ANTT – extrapolação dos recursos disponíveis no Programa de Exploração Rodoviária..... | 197 |
| Caso ANS – deficiências dos sistemas utilizados pela Agência nas atividades de fiscalização | 199 |
| Anexo IV – Tabela dos acórdãos pertinentes e filtros para análise deles..... | 217 |
| Anexo V – Tabela de análise dos processos administrativos nas Agências Reguladoras..... | 219 |